

RELAÇÕES DE PODER SOBRE OS CORPOS INFANTIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE LAVRAS-MG

POWER RELATIONS ON THE CHILDREN'S BODIES
IN A PUBLIC SCHOOL OF LAVRAS-MG

Francisco Henrique Santana Oliveira¹
Fabio Pinto Gonçalves dos Reis²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar as relações de poder subjetivadas nos corpos infantis e presentes no cotidiano de uma escola pública de Lavras – MG, a partir de um olhar sistematizado sobre a realidade visando desvelar as formas pelas quais os comportamentos sociais são transmitidos e apropriados, bem como as justificativas que os sustentam. Ao considerarmos que a escola tem a função social de preparar os indivíduos para a vida em sociedade, se encarregando de transmitir além de conhecimentos; valores, crenças e normas, entendidas como componentes da cultura, é importante verificar qual o lugar e os significados que esse corpo ocupa neste ambiente educacional. Para tanto, utilizamos o método etnográfico que se volta para o estudo da cultura e o adaptamos para podermos descrever a rotina escolar e observar o tratamento dado aos corpos infantis nos “rituais”. Após a coleta em situações de sala de aula, lanche e recreação, optamos por utilizar um referencial foucaultiano para interpretação dos dados, criando algumas categorias de análise, tais como: controle dos corpos, governamentalidade, gênero e sexualidade, resistência, intimidação, entre outras. As principais evidências indicaram a ineficiência dos mecanismos de disciplinarização desempenhados na escola para educar os corpos infantis, tendo em vista os frequentes desvios das crianças às normas e as incoerências que as sustentam, gerando conflitos diários. Além de reproduzir a incompreensão sobre a educação do corpo infantil no contexto escolar, o estudo indica ainda a necessidade de pensarmos formas de governo centradas nas características atuais das crianças que se quer formar, para isso torna-se imprescindível à capacitação de professores e funcionários.

Palavras-Chave: Educação; Criança e Movimento.

Abstract

This study aimed to analyze the power relations subjectivized bodies in children and the daily life of a public school in Lavras - MG, from a systematic look at the reality in order to uncover the ways in which social behaviors are transmitted and appropriate and justifications that support them. Assuming that the school has a social function to prepare individuals for life in society, besides taking charge of transmitting knowledge, values, beliefs and norms, understood as components of culture, which is important to check the place and the meanings that body occupies in the educational environment. We used the ethnographic method that turns to the study of culture and adapt in order to describe the school routine and observe the treatment of children's bodies in "rituals". After collecting the situations in the classroom, snack and

¹ Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Lavras

² Professor Adjunto do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Lavras - UFLA; área: Educação Física Escolar

recreation, we chose to use a theoretical reference for the interpretation of data, creating some categories of analysis, such as control of bodies, governmentality, gender and sexuality, resistance, intimidation, among other . The main findings indicated the inefficiency of the mechanisms of discipline played in the school to educate children's bodies, in view of the frequent deviations from the standards of children and inconsistencies that sustain them, generating daily conflicts. Besides playing a misunderstanding about the education of the child in the school context, the study indicates the need to think about forms of government centered on the current characteristics of children who want to form, for it becomes essential to train teachers and staff.

Keywords: Education, Children and Movement.

Introdução

Este trabalho teve como objetivo analisar, com base em um olhar sistematizado sobre a realidade, as relações de poder subjetivadas nos corpos infantis e presentes no cotidiano de uma escola pública de Lavras – MG. De forma mais específica buscou: 1) atentar sobre a importância de se estudar a cultura escolar como forma de diagnóstico da realidade, fator necessário a uma intervenção de sucesso no que se refere ao lugar do corpo na escola infantil; 2) perscrutar os símbolos e rituais presentes na instituição escolar e como podem produzir diferentes significados aos alunos; 3) descobrir as estruturas que fazem parte do processo de apropriação, transmissão e desvio da norma quando tratamos das questões corporais na escola infantil.

Diante disso, podemos salientar que é recorrente a presença de reclamações de gestores, professores e funcionários das instituições escolares no que tange a possível indisciplina das crianças. O que, muitas vezes, gera conseqüências (incoerentes) em relação às normas e condutas imprimidas sobre os corpos dos infantes. Como, por exemplo, a proibição de correr no recreio ou mesmo nas aulas de Educação Física.

Por um lado, estas ações disciplinares trazem um desgaste evidente aos professores e, por outro lado, propiciam a resistência das crianças em face da supressão dos movimentos de seus corpos. Assim, ao identificarmos a grande dependência delas à autoridade e as ferramentas de controle utilizadas por professores, gestores e demais funcionários, torna-se importante verificar qual o lugar e os significados que esse corpo ocupa no ambiente educacional.

Posto isso, algumas questões são lançadas como ponto de partida dessa investigação: quais as implicações das relações de poder empreendidas pela escola sobre os corpos infantis? Como são justificadas? Em quais tempos e espaços escolares acontecem?

Buscaremos respondê-las ao longo deste artigo.

1 Cultura, escola e seus rituais

A escola tem como função social preparar os indivíduos para a vida em sociedade, ou seja, encarrega-se de transmitir além de conhecimentos, os valores, as crenças e as normas próprias e necessárias ao convívio social. Estes fundamentos sociais importantes de serem ensinados são componentes da cultura, que no decorrer da história humana foram sendo apropriados por meio das relações mantidas com o ambiente e nas experiências do convívio cultural.

A primeira definição de cultura foi feita por Marconi e Presotto¹, sendo que, para eles a cultura é aquele todo complexo que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, a lei os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

Assim, podemos compreender que a escola está intensamente relacionada com a cultura da sociedade, por ser um lugar de extrema relação humana de experiências nas quais a cultura escolar se mistura a cada ator social que dela faz parte. Dessa forma, os autores destacam que a cultura é criada, aprendida e acumulada pelos membros do grupo e transmitida socialmente de uma geração à outra e perpetuada em sua forma original ou modificada. É dinâmica e contínua, em virtude de estar constantemente se modificando, face ao contato com outros grupos, ou com suas próprias descobertas e invenções, ampliando, dessa maneira o acervo cultural de geração em geração.

Portanto, compreendemos a cultura como acervo de saberes, tais como as crenças, condutas, conhecimentos e normas acumuladas ao passar dos anos pelas sociedades humanas e que vêm sendo transmitidas e modificadas frente às relações entre os indivíduos. Para o estudo da cultura torna-se necessário investigar os “rituais” que podem ser compreendidos como eventos incorporados pelas sociedades, ricos de simbolismo que se expressam em gestos, na arquitetura, no comportamento dos indivíduos e podem guardar significados importantes.

Os rituais são ações naturais apropriadas pela humanidade como significativas para a vida, expressando-se em comportamentos organizados e condições específicas no cotidiano. Dessa maneira, Magnani² considera o ritual um fenômeno especial da sociedade, que nos aponta e revela representações e valores de uma sociedade, mas o ritual expande, ilumina e ressalta o que já é comum a um determinado grupo.

Sendo assim, os processos de comunicação simbólica presente nos rituais permitem identificar aspectos particulares de uma sociedade que não poderiam ser captados em discursos.

A posição de termos os rituais como fonte de cultura expressa em símbolos (que guardam significados) é um meio de compreensão dos sentidos que os indivíduos atribuem às experiências da vida. Na escola, esses rituais podem transmitir informações importantes sobre os significados que seus membros atribuem às experiências da vida escolar. Portanto, oferecem possibilidades de diagnóstico do que acontece na escola, além dos significados que existem nas relações sociais dos seus membros, tão importantes para sua intervenção e melhoria. Com isso, McLaren³ ratifica que muito se tem escrito sobre a educação como transmissão do conhecimento cultural, no entanto a maneira pela qual a cultura como ação cultural, constitui e patrocina ideologia e comportamento permanece inexplorada no contexto de ambientes escolares.

Assim, buscamos investigar a cultura escolar em face aos aspectos reais e particulares de uma escola pública do município de Lavras - MG, tendo a finalidade de observar os rituais e identificar as informações relevantes sobre o poder impresso nos corpos infantis. Para isso, utilizaremos o método etnográfico descrito a seguir, o que nos irá permitir um olhar sistematizado sobre a realidade, portanto, mais próximo aos patamares científicos.

2 Metodologia

Foram necessárias duas metodologias distintas para o desenvolvimento da

pesquisa. Para coleta dos dados foi utilizado o método etnográfico por permitir um olhar diferenciado sobre a cultura escolar e seus sujeitos. Posteriormente, foram criadas algumas categorias baseadas em conceitos da teoria de Foucault para análise das relações de poder sobre os corpos infantis, a fim de desvelar as justificativas e conseqüências dos comportamentos naquele espaço.

2.1 Pesquisa Etnográfica para “Observar”

Sabemos que a antropologia social tem como objetivo estudar os processos culturais de constituição da sociedade, levando em conta as diferenças existentes entre os grupos humanos. Na realidade, preocupa-se em conhecer as relações sociais que as regem. Nesse sentido, podemos afirmar que a Etnografia (ethnos, povo; graphein, escrever) é o ramo da antropologia voltado ao estudo das sociedades humanas. Segundo Fonseca⁴, a antropologia procura criar dúvidas, levantando hipóteses sobre os hiatos e assimetrias que existem entre nossa maneira de ver as coisas e a dos outros.

De forma complementar, Marconi e Pressoto⁵ afirmam que a etnografia consiste na observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade e visando à reconstituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles. Assim, ela se atenta aos diversos constituintes da cultura social, permitindo identificar características reais e particulares do cotidiano de um povo.

Fino⁶ esclarece que a Etnografia aplicada à educação busca investigar as instituições, os grupos e as organizações sociais, superando a estrita dependência descritiva, ao ser entendida como devedora de um enfoque pluridisciplinar, uma vez que é pluridisciplinar o saber disponível, sobre essas instituições, grupo e organização.

No entender de Oliveira⁷, este trabalho de campo exige que o pesquisador se aproxime e mantenha contato direto com as pessoas, situações, locais ou eventos, uma vez que a observação dos mesmos deve ocorrer em sua manifestação natural. A ênfase recai sobre o processo, e não nos resultados finais, pois, os dados na pesquisa etnográfica são considerados inacabados. Segundo ele, o pesquisador deve se voltar para os valores, concepções e significados culturais das pessoas pesquisadas, questionando as raízes, significados, condicionantes e implicações dos dados, pois uma das preocupações neste tipo de pesquisa está no significado que os participantes atribuem a si mesmos, às suas experiências e ao mundo ao seu redor.

Portanto, a pesquisa etnográfica registra a vida como ela acontece na prática, preocupando-se em fazê-la de acordo com os significados que os atores sociais carregam como integrantes de um grupo e de um ambiente onde mantém suas relações sociais. Na eminência dos problemas existentes na educação, a preocupação relacionada ao papel que a escola desempenha na sociedade atual como transmissora de cultura, portadora de significados, há a necessidade do olhar etnográfico para ser mais bem compreendida.

Além da visão da escola como um espaço social, devemos apontar as devidas dimensões que devem ser consideradas no estudo da escola, com destaque para o currículo oculto, ou seja, as atitudes e relações fora da sala de aula que também se caracterizam processos de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, a subjetividade das relações humanas, muitas vezes, ocorre por intermédio de símbolos, próprios das representações humanas, isto é, noções abstratas do indivíduo.

Conseqüentemente se faz necessário interpretar certos indícios, expressões nas quais o indivíduo exterioriza a sua cultura, ou seja, valores, conhecimentos, crenças e normas apropriadas por ele em suas experiências de vida e que moldam sua personalidade. Como exemplificado por Fonseca⁸, ao perguntarmos “o que você faz” ou “o que você acha”, recebemos respostas interessantes, que refletem uma dimensão idealizada da sociedade. Mas não temos como comparar este com outros tipos de fala: como a fofoca da avó sobre uma neta grávida, com as desculpas do adolescente os adultos contam depois da janta. Estes discursos também revelam algo sobre os valores do grupo assim como os múltiplos atos do cotidiano: o estilo da decoração, o padrão de compras, a escolha de uma estação de rádio, o arranjo de camas. A abordagem etnográfica exige uma atenção especial a essas outras linguagens que técnicas de entrevista têm mais dificuldade em alcançar.

Podemos identificar nas descrições anteriores que os sistemas simbólicos são frutos das experiências sociais de constante troca de cultura, portanto, de valores, conhecimentos, crenças e condutas. Na escola, onde muitas e determinantes interações sociais acontecem, seu conhecer possibilita revelar formas pelas quais os comportamentos sociais são transmitidos e apropriados, moldando a vida das pessoas.

2.2 Dimensões Foucaultianas para “Analisar”

A escola é o principal mecanismo veiculador dos saberes considerados importantes de serem ensinados às gerações futuras, mas principalmente, é palco do encontro de diferentes culturas que por meio de relações de poder tendem a se chocar causando conflitos sobre o que se deve ou não crer e acatar. Dessa forma, para análise das questões sobre a disciplina na escola, tornou-se imprescindível a referência da obra de Foucault. Uma vez que o autor buscou analisar os diferentes modos pelos quais os seres humanos se tornaram sujeitos, ou seja, como são adquiridos os valores, saberes ou “culturas” (em conflito na escola). Acabou por identificar nas relações de poder, como a disciplina, o fio condutor da sociedade moderna, inclusive da escola, e que as mantém hierarquicamente organizadas.

Partindo de algumas categorias que nos irão permitir compreender a organização e funcionamento escolar por meio do governo disciplinar dos corpos infantis, pretende-se analisar em seguida a caracterização dos aspectos arquitetônicos e rituais da escola.

3 A caracterização da escola investigada

Inaugurada em fevereiro de 2011, a instituição escolar investigada tem no seu entorno um ginásio poliesportivo e um campo de futebol. Além de terrenos, vários pontos comerciais, algumas residências, uma igreja e ao lado em obras, uma unidade de PSF (Programa Saúde da Família). Também há por perto a reforma de uma fábrica desativada para implantação de um supermercado.

Por conta das obras o barulho de tratores, o barro, a poeira e os grandes buracos, ainda por alguns meses após a inauguração da escola, causaram transtornos para a comunidade e a escola.

Não muito distante da antiga, a nova sede tem como característica marcante a inexistência de escadas reivindicada pela direção e o tamanho bastante extenso. Assim, passou a receber 530 alunos, contudo, o número de funcionários foi mantido. Os antigos materiais foram todos trocados por novos, desde as carteiras até os

bebedouros e armários.

Construído em metal e com tamanho expressivo, bem no alto e na horizontal, um letreiro escreve o nome da escola precedido da palavra “Nova”. A entrada possui as paredes pintadas de marrom e amarelo e grades delimitando todo espaço da frente. O acesso tanto dos alunos quanto dos funcionários e visitantes se dá pelo portão da entrada, obrigatoriamente passando em frente à secretaria que permite a observação de quem entra e sai da instituição de ensino.

A secretaria, bem equipada com computadores arquivos e mesas, localiza-se no mesmo bloco onde se encontram a sala de professores, diretoria, sala da orientadora, sala de supervisão e sala de arquivo, todas bem organizadas e equipadas.

Passando pela entrada da escola chega-se a recepção, localizada bem em frente ao corredor que distribui as salas do bloco administrativo. Afixado no alto da parede bem visível está o retrato da prefeita, também se encontram os mesmos móveis antigos da velha sede e cartazes bem coloridos.

Em seguida, existe um corredor que passa por uma área gramada com algumas plantas e chega-se a um grande espaço aberto delimitado apenas por uma mureta. Lá existe um pátio descoberto onde são permitidos alguns movimentos corporais mais amplos das crianças como correr na hora do recreio, e que faz divisa com algumas salas de aula à esquerda e com o grande refeitório à direita, paralelo à cantina. No refeitório existem grandes mesas e bancos de concreto coloridos, porém pela altura e distância impossibilita o uso pelas crianças mais novas. Em contrapartida, há também dois bebedouros com banquinhos encostados para permitir o alcance dos pequeninos.

Uma porta bem próxima aos bebedouros leva ao laboratório de aprendizagem, onde existem dois computadores especiais, bastante enfeitados e coloridos. Existem também computadores convencionais e um armário com instrumentos musicais de percussão, mas a sua utilização só é permitida para alunos portadores de deficiência. Nos fundos do laboratório de informática se encontram a biblioteca, vale dizer que é bem ampla, organizada e iluminada. À direita existe também um auditório espaçoso com televisão, data-show e dvd.

À esquerda do bloco central, em um grande corredor estão dispostas lado-a-lado às salas de aula, sendo que no final aparecem os banheiros masculinos e femininos para os alunos.

As salas contam com um bom espaço e carteiras organizadas em filas paralelas de frente para o quadro negro, além da mesa da professora e o armário de metal. O que difere uma sala da outra é apenas a cor das carteiras, foge a regra apenas duas das salas mais ao centro que abrigam as turmas de crianças pequenas, onde os assentos são adaptados permitindo uma acomodação adequada.

Um terceiro bloco pode ser compreendido pela quadra poliesportiva coberta, que tem arquibancadas em uma de suas laterais, de modo que as traves dos gols e as tabelas de basquete foram postas em dimensões oficiais. Conseqüentemente, aparecem as demarcações que limitam as práticas dos esportes tradicionais como o futsal, o vôlei, o basquete e o handebol. É nesse contexto espacial que as relações entre os corpos acontecem com mais amplitude no ambiente escolar.

4 O poder disciplinar exercido sobre os corpos infantis

Ao decidir por essa investigação, o método etnográfico foi escolhido para estudo dos “rituais” de modo que permite outro olhar, mais atento e minucioso, ou

seja, “de perto e de dentro” sobre a cultura escolar.

Para análise dos aspectos arquitetônicos e rituais da escola, nos servimos de alguns conceitos foucaultianos que tratam das relações de poder na sociedade, meio pelo qual a cultura se movimenta e se transforma. Sem desconsiderar a resistência como condição, organizamos as análises em algumas categorias com base nas ações disciplinares identificadas. Dessa forma, pretende-se desvelar as relações de poder sobre os corpos infantis buscando justificativas para os instrumentos de disciplinarização atuantes na instituição de ensino.

4.1 Controle dos Corpos, Vigilância e Panoptismo

A existência de grades e muros na escola são sempre justificadas pela segurança dos alunos, mas também acabam servindo para delimitar os espaços nos quais os corpos infantis podem ocupar durante o período letivo, quando não se encontram nas salas de aula. Nesse sentido, a estrutura arquitetônica tradicional da escola que não possibilita uma sala ter o contato visual com a outra e com o ambiente externo, serve para não desviar a atenção dos alunos durante as aulas com vistas à produtividade do ensino.

Estas características do ambiente institucional escolar estão de acordo com o que Borges⁹ chamou de *poder exercido pela disciplina* e exige um espaço específico para seu exercício. Ou seja, um espaço no qual os indivíduos possam ser vigiados nos seus atos, que tenham seu lugar específico para visualizar seu comportamento para poder sancioná-lo ou medir suas qualidades.

De acordo com Silva¹⁰, de forma polivalente no controle dos corpos esse poder disciplinar cria espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias. Caracterizando-se, portanto, a primeira de suas grandes operações, a constituição de quadros vivos que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas.

No caso da escola investigada, as carteiras e sua disposição em colunas alinhadas e as filas paralelas de frente para o professor demonstram estratégias que favorecem a vigilância dos corpos no cotidiano das aulas. Assim como permite o educador de ter uma visão sobre as ações dos alunos e os possíveis desvios disciplinares, ao mesmo tempo em que facilita o seu trânsito pelos corredores entre o mobiliário. Sobre esse tradicionalismo da arquitetura das salas de aula temos que a lógica política da disciplina é criar um ambiente no qual seja impensável outro cenário, quase uma aberração. A disciplina expõe as regras, conforme Mendes¹¹, cabendo aos corpos cumpri-las.

Além disso, as badaladas do pequeno sino, depois substituído por uma sirene ensurdecidora, avisavam os alunos e os professores sobre o início e o término do dia letivo, bem como os horários do intervalo. Esses sinais sonoros atuavam como instrumento de controle das ações dos sujeitos inseridos naquele contexto, pois os levavam a organizar-se em filas segundo seus grupos etários. Assim, a autoridade investia na economia do tempo escolar no sentido de recrutar cada grupo de alunos espalhados pelo pátio ou refeitório no recreio de forma imediata e instantânea. Convém ressaltar que o comando sonoro foi muitas vezes resistido devido a demora das respostas dos alunos em obedecer (principalmente no final do recreio), gerando ameaças de punição e castigo. Podemos concluir que isso contribuía efetivamente para o controle dos corpos infantis, impedindo a manifestação da autonomia nas

tomadas de decisão.

Segundo Silva¹², as relações cotidianas de poder empreendidas nas prisões assemelham-se ao que acontece no ambiente escolarizado, sobretudo, no que se refere à organização dos corpos em fila. Para o autor, as filas são frequentes durante o dia letivo da escola que, apesar de utilizadas para organização, chamam atenção pela rigidez e arbitrariedade com que se desenrolam. Como as que foram presenciadas durante a pesquisa de campo, uma vez que as crianças ao saírem da sala e chegarem à escada do pátio, entravam em um estado de euforia e de total descontrole corporal.

Já a fila da merenda permitia que as “cantineiras” servissem um aluno de cada vez, sendo que depois da refeição teriam de colocar os talheres em uma grande bacia. No entanto, esta norma muitas vezes não foi cumprida, o que conseqüentemente gerava desperdício e sujeira com a comida jogada no chão. Quem sabe se os próprios alunos pudessem se servir e lavar seus talheres o resultado seria diferente no que tange a sensibilização das suas próprias ações? Certamente essa mudança de hábito levaria tempo e empreendimento de trabalho, mas não é essa uma das funções da escola?

Estas ações de controle sobre os corpos em certas ocasiões foram respondidas pelos estudantes com desobediência, agitação ou desinteresse. Como consequência propiciavam conflitos e favoreciam a retenção motora, contrapondo-se à educação para autonomia defendida por nós. Assim, de acordo com Veiga-Neto¹³, principalmente no âmbito de algumas instituições – a que ele chama de instituições de sequestro, como a prisão, a escola, o hospital, o quartel o asilo – passa-se dos suplícios, como castigos e violências corporais, para o disciplinamento que cria corpos dóceis.

Esta vigilância potencializada é chamada de *panoptismo* pelo autor e tem sua lógica baseada nos seguintes elementos arquitetônicos um espaço fechado, de preferência circular, todo dividido em celas e com uma torre central. Da torre pode-se enxergar todas as celas que a cercam; mas a recíproca não é verdadeira, visto que de cada cela não se deve enxergar quem está na torre e nem mesmo as outras celas.

Mesmo a descrição se tratar de uma prisão, podemos reconhecer semelhanças com a delimitação dos espaços da escola. Isto é, o espaço fechado das grades e muros, a divisão das salas que podem ser comparadas às celas sem contato uma com as outras e com o ambiente externo podem revelar isso. Mesmo não existindo uma torre central que permita a observação de todos os alunos, a secretaria da escola investigada possibilitava ver a passagem dos alunos e outros indivíduos durante a chegada e saída. Também na escola, existia a atuação de vigilância dos professores e funcionários e a incorporação de atitudes disciplinares pelos próprios estudantes. Portanto, com base em tecnologias disciplinares, constrói-se uma “anatomia política” para melhor competência do corpo, diretamente ligada ao maior enquadramento. Assim, desenvolvem-se formas para aperfeiçoar as forças corporais (pois as tornam mais econômicas) e igualmente para diminuir-las (naqueles momentos em que poderia desenvolver forças para transgredir a disciplina). Mendes¹⁴ complementa que com o poder disciplinar produz-se, sempre, algum tipo de exercício sobre o corpo.

Consideramos que o reforço à vigilância conseguida pela tecnologia configurada na arquitetura escolar e, da mesma forma, o controle da diretoria sobre o professor e o aluno por meio do olhar panóptico demonstra de forma veemente como a disciplina faz funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar,

mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar.

Ao citar outro exemplo, sublinhamos que durante uma aula de expressão corporal ministrada pelo estagiário, a professora informou que sairia da sala por alguns minutos para falar com a diretora e ordenou as crianças que se comportassem. Logo após sua saída os alunos se descontrolaram, correndo e conversando sem cessar. Nesse cenário percebemos duas meninas no canto do quadro negro escrevendo o nome de alguns colegas. Então, quando a professora voltou e retomou a ordem, uma das meninas foi questionada sobre os motivos pelos quais havia escrito o nome de alguns colegas no quadro. Ela respondeu:

Estava escrevendo o nome das pessoas que estavam conversando!

Diante deste cenário, poderíamos questionar se ela havia escrito o próprio nome, pois ela também conversava muito atrapalhando o estagiário. Assim, intitulando-se como superior aos colegas, esta menina sentiu-se no direito de desacatar a norma. No escopo da análise, o que ocorreu foi a subjetivação do poder disciplinar na atitude de delatar o desvio dos colegas para a professora. Além disso, caracterizou-se um reforço ao mecanismo de vigilância, permitindo, assim como nas prisões, que a escola condicione o efeito mais importante do panóptico: induzir no detento (estudante) um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.

Dessa forma, concluímos que o funcionamento ou governo da escola nos moldes que observamos, é uma contrapartida à educação para autonomia e liberdade do corpo. Uma vez presa em condutas tradicionais, as educadoras não enxergam novas possibilidades que poderiam, além de economizar tempo e trabalho, contribuir à educação de brasileiros mais preparados para enfrentar os problemas coletivos.

A desobediência, em outra instância, demonstra que apesar da vigilância o poder disciplinar no governo da escola é ineficiente.

4.2 Aspectos Arquitetônicos para o Estabelecimento da Norma

As escadas e colunas no pátio onde aconteciam as recreações e o recreio (quadra interdita) impediam a realização de várias atividades pela prerrogativa de oferecerem riscos aos alunos. Estes problemas condicionaram a norma de não poder correr na escola, exceto em pouquíssimas situações controladas nas recreações. Em consequência disso, diversos castigos e reclamações de ambas as partes tornavam-se rotina. Contudo, as observações demonstraram que a norma do “não correr” facilitava a vigilância da autoridade, pois com os alunos imobilizados e quietos tornava-se mais fácil controlá-los.

Por algumas vezes foi percebido que quando algum adulto brincava com as crianças, aconteciam mudanças no ambiente. Por outras palavras, certa harmonia pairava no ar, uma vez que as condutas de cada indivíduo se encaixavam umas com as outras, diferente do que acontecia quando havia coação, o que causava brigas, acidentes e conseqüentes castigos. Consideramos que o controle sobre os alunos para que dêem atenção aos estudos e respeitem as normas, faz parte de um sistema punitivo com função controladora. De acordo com Borges¹⁵ normal se estabelece como princípio de coerção e com ele o poder de regulamentação.

Com isso, podemos entender que a facilitação da vigilância na escola investigada era colocada como prioridade nas necessidades das crianças,

complementando-se com os castigos que visavam à diminuição dos desvios. Isso significa que qualquer existência de um regime disciplinar já pressupõe um sistema penal, uma micro penalidade para a possível transgressão a qualquer norma. A disciplina atua como um “tribunal de consciência”, impondo penas leves e severas.

Portanto, quem não obedece a norma foge do padrão estipulado é penalizado, porém, diferente do processo penal “a disciplina visa à correção, as punições atuam enquanto exercícios. Toda a conduta é encaixada num grupo classificatório: é boa ou má, está correta ou errada.

A proibição do correr na escola e a notada dependência das crianças ao cuidado da autoridade, poderia gerar um déficit de autonomia causado pela subjetivação das normas que as impossibilitavam de governar suas condutas em harmonia com as dos colegas. Assim, a própria norma poderia ser evitada se os alunos pudessem se organizar, escolhendo atividades propícias ao ambiente e firmando acordos entre si na ocupação do espaço. No entanto, mesmo com a valorização de uma educação para autonomia registrada no projeto político pedagógico da escola, não foram presenciadas situações concretas nas quais ela fosse objetivada.

Campos¹⁶ nos lembra o tanto que a representação da criança comportada e “educada como aquela que não se move ainda persiste nos dias de hoje, quietos em suas carteiras e devidamente enfileirados, estes são os bons alunos”. Para o autor, o movimento corporal ainda é moeda de troca na escola, no qual os professores e os diretores lançam mão da imobilidade física como punição - proibição de usufruir da hora do recreio ou aula de Educação Física - e a liberdade de se movimentar como prêmio.

Em outro exemplo encontrado, presenciamos o zelador punindo dois alunos que corriam durante o recreio, a fim de que permanecessem sentados até o final deste intervalo. Ao serem agarrados pelos braços os garotos resmungavam:

Não era só agente que tava correndo, me larga!

A proibição sofria muita resistência e os alunos continuavam correndo pelo refeitório ou por outros lugares dando continuidade aos conflitos. Conforme Veiga-Neto¹⁷, dizer que a disciplina fabrica corpos dóceis não significa dizer que ela fabrica corpos obedientes. Assim, neste caso, a norma também reforçava a dependência à autoridade, rebaixava e privava as crianças da educação pelo movimento.

4.3 Obediência à Norma: Moldando Gênero e Sexualidade Pela Intimidação

Foi observado em uma situação no recreio, que quando na presença da diretora às crianças sediam mais as exigências de permanecerem em fila, calados e ordenados, quando comparado com a tentativa de organização do grupo pelas recreadoras. Essa atitude pode ser justificada pelo medo do castigo derivado das ameaças que a gestora fazia.

Consequentemente, esta conduta levava os alunos a incorporarem a prática da coação, pois, temos como outro exemplo uma situação na qual um aluno foi chutado por um colega. O agressor, sabendo do castigo caso fosse delatado para a autoridade, fez um gesto batendo a mão esquerda aberta sobre o punho direito, ameaçando o garoto agredido. Nesse sentido, podemos inferir que o receio dos alunos quanto às sanções que vão receber caso infringjam as normas, demonstra a eficácia das penalidades, e o funcionamento do sistema punitivo. Essas punições

são expressas por meio de suspensões, expulsões, reunião com os pais, redução nas notas, mudança de classe e, dependendo da gravidade, ocorrência policial.

Em outra ocasião, ao ver dois meninos brincando com certo grau de contato físico, o zelador os repreendeu dizendo com um alto tom de voz:

“Homem não fica de agarramento”.

Não percebemos nenhum tipo de constrangimento pelos alunos, o que nos levou a crer que tal comentário era comum. Dias depois, o fato se repetiu com outros dois garotos, (a brincadeira de “lutinha” era bastante comum) no ocorrido, o zelador, condenando a atitude, disse jocosamente:

“Tá querendo colocar uma “saínha”, é!?”

Em concomitância algumas meninas também foram advertidas por este zelador por se juntarem aos meninos nas brincadeiras de correr pelo pátio e nas lutinhas (ou brigas, como interpretado pela autoridade da escola), que aconteciam na fila do fim do recreio.

Essas informações evidenciam a ratificação de estigmas de gênero e sexualidade na escola de forma constante e explícita, porém, em nenhum momento foi levantada alguma questão pelos alunos que não agiam com intuítos derivados da sexualidade. Experiências como as mencionadas contribuem para estimular condutas homofóbicas e reproduzir estes estigmas.

No que concerne às questões da norma sobre o gênero e sexualidade, Veiga-Neto¹⁸ ressalta que é chamado de anormal aquele cuja diferença em relação à maioria se convencionou ser excessivo, insuportável. Tal diferença passa a ser considerada um desvio, isso é, algo indesejável porque des-via, tira do rumo, leva à perdição.

Medidas autoritárias por fazerem o uso de intimidação, ou seja, de punições frente à desobediência, não significam respeito ao governo e sim proteção aos possíveis castigos. Em face ao constante desacato as normativas disciplinares resultantes do *governo de si* exercido por uma boa parte dos estudantes, essa ocorrência pode ter o significado de resistência e opção de livre escolha perante os próprios desejos no ambiente escolar.

4.4 A Produtividade da Resistência Exercida pelos Alunos

Em um determinado recorte da pesquisa, uma atividade foi oferecida à turma de quatro anos e nela havia uma criança muito agitada, por isso alvo constante de repreensões e críticas. Chamou a atenção o fato dela interagir com os materiais da proposta de forma extremamente criativa. Isto é, ao invés de contornar os cones conforme ordenado pela educadora, ela pulava um de cada vez e mantinha a bola agarrada ao corpo. Mesmo não sendo essa a proposta, a maioria dos alunos quis imitá-lo. O fato possibilita considerar a produtividade da resistência por meio do desvio à norma, uma vez que o aluno foi presenteado pelo prestígio dos colegas. Nesse sentido, Silva¹⁹ evidencia que as reivindicações da sociedade desenvolvem uma lógica de necessidades ou demandas a serem atendidas pelo Estado e a arte de governar apresenta-se como um conjunto de habilidades e compreensões acerca deste processo de conhecimento ou saber sobre a sociedade e suas reivindicações. Isto pode ser traduzido como disputa de poder.

No esteio da análise, apesar de parecer irrisória, a atitude da criança demonstrou menor força de subjetivação do que a dos colegas ao posicionar-se em contrariedade à norma. Dessa forma, os efeitos de prestígio por intermédio da resistência indicam mais uma justificativa para a ineficácia do governo disciplinar exercido pela escola sobre os corpos infantis, pois da mesma forma que o poder atua pela subjetivação das regras para com os envolvidos, também a resistência esta sendo constituídas por eles naquilo que chamamos de “brechas”.

CONCLUSÃO

O estudo indica a necessidade de repensarmos o lugar do corpo na escola com base nas características das crianças que se quer formar. Dessa forma, a escola se mantém refém de normas e condutas tradicionais consideradas autoritárias, sendo que nem mesmo a direção e os professores têm consciência de seus efeitos. Apesar de terem incorporado as novas abordagens educacionais pelo menos no discurso pedagógico, não se vê vontade política da equipe docente para aplicá-las no ambiente escolar infantil.

De forma específica, os castigos que cerceavam a movimentação das crianças contribuíram para caracterizarmos a forma pela qual o governo da escola imprimia a imobilidade e a privação de experiências corporais pelos envolvidos. Nessa direção, as condutas autoritárias caucionadas pela imobilidade das crianças pouco permitem as relações sociais mais democráticas, justas, independentes e autoconfiantes. De modo que impossibilitam a tomada de decisões na busca de novas possibilidades de reflexão sobre as condutas no ambiente escolarizado. Se a liberdade é restrita, as atitudes que caracterizam a democracia também serão. Portanto, conforme Freire e Scaglia²⁰, as atitudes educam. Se essa atitude condicionar uma postura de obediência, o aluno aprenderá a ser obediente. Se condicionar uma postura não crítica, ele aprenderá a ser resignado. Se o aluno permanecer isolado em sua carteira, terá dificuldades para socializar conhecimentos, pois aprenderá a praticar ações predominantemente individualistas, sem considerar o interesse coletivo.

Ao detectarmos que as atividades de movimento eram visivelmente valorizadas e desejadas pelas crianças, o espaço escolar e seus gestores deveriam ao invés de restringi-las, deveria criar formas mais democráticas de uso das práticas culturais do corpo e do movimentar-se como meio de ensino dos saberes importantes à vida.

Considerando a importância de se educar os corpos, Campos²¹ reafirma que este empoderamento pela linguagem corporal e a ressignificação do corpo no processo de ensino-aprendizagem não deve acontecer somente para o aluno com relação ao seu corpo, mas, também para o professor. Ele deve ser, sobretudo, profundamente transformador para o professor, porque na realidade somente poderemos libertar nossos alunos de um corpo adestrado quando nos libertamos também de nossas amarras corporais.

Também sobre a importância de se educar para a autonomia e o papel que a Educação Física deve desempenhar sobre a cultura corporal, Freire e Scaglia²² concluem que o objetivo da Educação Física deve ser levar a criança a aprender a ser cidadã de um novo mundo, em que o coletivo não seja sobrepujado pelo indivíduo; em que a ganância não supere a solidariedade; em que a compaixão não seja esmagada pela crueldade; em que a corrupção não seja referência de vida; em que a liberdade seja um bem superior; em que a consciência crítica seja patrimônio

de toda pessoa; em que a inteligência não seja reduzida em saber calcular e falar línguas estrangeiras. As técnicas ensinadas nas disciplinas de Educação Física, de português, de matemática ou de química podem ser importantes, mas não passam de um acessório de uma formação maior, para a autonomia. Para os autores, a formação de um cidadão de um novo mundo só pode ser conseguida coma educação para a atitude autônoma; afinal, quando estivermos maduros, seremos o somatório das atitudes tomadas ao longo de nossas vidas.

Finalmente, torna-se imprescindível investirmos na capacitação de professores, gestores e funcionários na tentativa de repensarmos o lugar do corpo na escola e na educação dos pequenos. É o desafio que temos de enfrentar se quisermos uma educação que possa transformar a sociedade e não apenas reproduzi-la naquilo que transita no entreposto da ausência de um conhecimento mais crítico sobre o corpo e do autogerenciamento das atitudes benéficas à saúde do sujeito como um ser integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Marconi M; Pressoto, Z. Antropologia Uma Introdução. São Paulo: Atlas, 1985.
2. Magnani J. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 17, nº 49, junho/2002. p. 20-30.
3. McLaren P. Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Petrópolis, Vozes, Rio de Janeiro, 1992.
4. Fonseca C. Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa etnográfica e educação. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998. p. 58-78.
5. Marconi M; Pressoto, Z. Antropologia Uma Introdução. São Paulo: Atlas, 1985.
6. Fino C. A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18 nº 50, junho/2002. p. 20-30.
7. Oliveira R. Etnografia: uma alternativa para avanços em pesquisas sobre indisciplina escolar. Florianópolis, Revista de Ciências Humanas, n. 54, abril de 2010. p. 57-77.
8. Fonseca C. Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa etnográfica e educação. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998. p. 58-78.
9. Borges J. Escola e disciplina: uma abordagem foucaultiana. Maringá, Revista Urutaguá, 2004. p. 23-46.
10. Silva R. Ação Política na Escola: Notas etnográficas sobre os sentidos da participação discente. Atos de Pesquisa em Educação, nº 1, jan./abr. 2010. p. 72-88.
11. Mendes C. O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. Florianópolis, Revista de Ciências Humanas, n. 39, abril de 2006. p. 167-181.
12. Silva A. A ideia de poder em Foucault: o estado e a arte de governar. Disponível em: Revista Eletrônica Print by (<http://www.ufsj.edu.br/revistalable>). Acesso em 12 outubro 2011.

13. Veiga-Neto A. Foucault e a Educação. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
14. . Mendes C. O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. Florianópolis, Revista de Ciências Humanas, n. 39, abril de 2006. p. 167-181.
15. Borges J. Escola e disciplina: uma abordagem foucaultiana. Maringá, Revista Urutaguá, 2004. p. 23-46.
16. Campos P. Relações corpo e educação: um estudo sobre o lugar do corpo na escola. Maringá, Revista Urutaguá, 2004. p. 14-23.
17. Veiga-Neto A. Foucault e a Educação. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
18. Veiga-Neto A. Foucault e a Educação. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
19. Silva J. Foucault e as relações de poder: O cotidiano da sociedade disciplinar tomado como uma categoria histórica. Revista Aulas, N. 3, [S.N.], dezembro 2006/março 2007. p. 28-38.
20. Freire, JB, Scaglia AJ. Educação Como Prática Corporal. São Paulo, Scipione, 2009.
21. Campos P. Relações corpo e educação: um estudo sobre o lugar do corpo na escola. Maringá, Revista Urutaguá, 2004. p. 14-23.
22. Freire, JB, Scaglia AJ. Educação Como Prática Corporal. São Paulo, Scipione, 2009.